

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1118/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE LABORATÓRIO, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, PELO PERÍODE DE 12 (doze) MESES, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.

ETAPAS RELATIVAS AO CERTAME:

- Recebimento das propostas: até as **11h00** do dia **11/01/2024**;
- Impugnações e pedidos de esclarecimento: em até **03 (três) dias** úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;
- Abertura da sessão pública e classificação das propostas: dia **11/01/2024**, a partir das **11h**;
- Início da fase competitiva/lances: dia **11/01/2024**, às **11h10**;

Pregoeiro: Thiago Ayala

E-mail: licitacao8@fmsfi.com.br - Fone: (45) 3521-1786

UASG: 928118 - Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu-PR

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br/

PREÂMBULO

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público com personalidade jurídica de direito privado, instituída através de Lei Municipal nº 4.084 de 05 de Maio de 2013, inscrita no CNPJ nº 18.236.227/0001-04, com sede no denominado Hospital Municipal Padre Germano Lauck na cidade de Foz do Iguaçu-PR torna público, para o conhecimento das empresas interessadas, que se encontra aberta a licitação acima referenciada, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** e será processada em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024/2019, no Decreto Municipal nº 18.718 de 26/02/2009, Ordem de Serviço nº 010/2018, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) nos pregões, no âmbito da Fundação, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e, subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e das condições estabelecidas neste edital e nos anexos que o integram.

O Valor total máximo do presente pregão é de **RS 1.927.143,17 (Um milhão, novecentos e vinte e sete mil reais, cento e quarenta e três reais e dezessete centavos).**

As despesas decorrentes da execução do presente certame estão previstas no Contrato de Gestão 001/2020, firmado entre o Município de Foz do Iguaçu e Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, conforme declarado neste **Processo Administrativo nº 1118/2023.**

ENDEREÇOS:

Horário de expediente: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Rua Adoniran Barbosa, nº 370 – Jardim Central – Foz do Iguaçu.

Fone: (045)3521-1786 – E-mail: licitacao8@fmsfi.com.br

Acesso Identificado no Link: www.gov.br/compras/pt-br/

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases;
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário(a) da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Órgão Provedor do Sistema, através do site www.gov.br/compras/pt-br/;

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES

- 2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Edital deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail licitacao8@fmsfi.com.br.
- 2.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do envio da petição ao Pregoeiro, exclusivamente pelo e-mail licitacao8@fmsfi.com.br.
- 2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá

requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas serão inseridas no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/ para conhecimento de todos os interessados.

- 2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 2.6. A Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas

3. DO OBJETO

- 3.1. Consta do **Anexo I** deste Edital a especificação completa do objeto.
- 3.2. Havendo divergências entre as especificações do objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão sempre, a descrição deste Edital.
- 3.3. Considerando que não há um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos de materiais hospitalares, sediados no município de Foz do Iguaçu, e enquadrados como ME ou EPP, **será adotada cota única para os itens deste pregão**, nos termos do artigo 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste pregão quaisquer interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTE/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018.
- 4.2. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações constantes no link abaixo.
<https://tutoriais.comprasgovernamentais.gov.br/sicaf/html/>
- 4.3. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASGOV, no ato da abertura do Pregão.
- 4.4. Observado o disposto no item 3.3, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas

mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

- 4.5. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência e dissolução ou que esteja suspensa de licitar e/ou contratar com a Administração Pública ou impedida legalmente.
- 4.6. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
 - a. Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo segundo do art. 337-M do Código Penal;
 - b. Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - c. Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 4.7. Como requisito para participação neste pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.8. Que cumpre aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estalecido em seus artigos 42 a 49;
- 4.9. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.10. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.11. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.12. Que cumpre os requisitos para habilitação de definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.13. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.14. Que não empresa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.15. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 4.16. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.17. Que os serviços não prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação conforme disposto no art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.18. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

- 6.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
 - a. Conduzir a sessão pública;
 - b. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
 - c. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
 - d. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
 - e. Verificar e julgar as condições de habilitação;
 - f. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
 - g. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
 - h. Indicar o vencedor do certame;
 - i. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
 - j. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
 - k. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
- 6.2. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão
- 6.3. Caberá à equipe de apoio auxiliar ao Pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

7. DOS PROCEDIMENTOS NO PORTAL ELETRÔNICO

- 7.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site www.gov.br/compras/pt-br/.
- 7.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso

em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 7.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.5. Caberá também ao fornecedor remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/, os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta inicial **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 8.2. **Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.**
- 8.3. A proposta inicial deverá ser digitada em campo próprio no sistema eletrônico, e deverá conter a descrição do objeto, marca/modelo(s) ofertada(s) quando solicitada(s), e o preço total do item/grupo, conforme indicado no Edital.
- 8.4. Caso o produto ofertado seja de fabricação/marca própria, preencher os referidos campos com as informações “FABRICAÇÃO PRÓPRIA” e/ou “MARCA PRÓPRIA”, a fim de não identificar o licitante.
- 8.5. A inserção da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 8.6. O não envio da documentação solicitada no item 8.1 acarretará na desclassificação do licitante.
- 8.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 8.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.12. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.13. **A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.**

9. DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL

- 9.1. A proposta de preços inicial deverá ser digitada em campo próprio no sistema eletrônico no portal www.gov.br/compras/pt-br/, devendo conter:
 - a. Preço total do lote/item, com até quatro casas decimais após a vírgula;
 - b. Descrição detalhada do objeto;
 - c. Marca/modelo/fabricante (Observar o sub-item 8.4);
 - d. Não é obrigatório o anexo da proposta inicial em PDF no sistema eletrônico.
- 9.2. A proposta de preços final deverá ser encaminhada em PDF em campo próprio no sistema eletrônico no portal www.gov.br/compras/pt-br/, **NO PRAZO DE ATÉ 02 (DUAS) HORAS**, a contar do encerramento da sessão pública de lances no sistema eletrônico, devendo conter:
 - a. Preço unitário e total do(s) item(ns) e lote(s), com até quatro casas decimais após a vírgula;
 - b. Marca/modelo/fabricante (Observar o sub-item 8.4);

- c. Descrição detalhada do objeto;
 - d. Condições de pagamento em conformidade com o Edital, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;
 - e. E-mail e telefone atualizados;
 - f. Prazo de validade da proposta: 60 dias, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital.
- 9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 9.4. **É vedada a identificação do licitante antes do término da fase competitiva, sendo PROIBIDO o envio da documentação de habilitação e/ou proposta inicial para o e-mail do Pregoeiro, sob qualquer justificativa.**
- 9.5. Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços simbólicos ou irrisórios.
- 9.6. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.
- 9.7. Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do objeto da licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.3. Previamente à etapa de abertura de propostas, o licitante deverá certificar-se de que sua proposta foi inserida ou digitada corretamente no sistema, cuja visualização possa ser realizada tanto pelos demais licitantes como pelo(a) Pregoeiro(a). A não visualização pelo(a) Pregoeiro(a), independentemente da razão, será considerada como não inserida, acarretando na desclassificação do licitante.
- 10.4. Também será desclassificada a proposta que **identifique** o licitante.

- 10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.8. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 10.9. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lance(s) enviado(s) nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 10.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 10.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

- 10.18. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 10.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.20. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes deste Edital.

11. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

- 11.1. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 11.2. O Pregoeiro deverá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 11.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie via sistema a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12. DO JULGAMENTO

- 12.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO, cujo observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 12.2. A proposta final do licitante que ofereceu o menor valor deverá ser encaminhada por meio do sistema www.gov.br/compras/pt-br/ no prazo de até **2 (DUAS) HORAS** após o encerramento da sessão de lances e deverá conter a descrição do objeto ofertado, marca ofertada, valor unitário de cada item com até duas casas decimais após a vírgula, valor total do grupo/item e demais condições solicitadas no Edital.

- 12.3. Se a melhor proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 13.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” ou outro meio do sistema eletrônico a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS E HABILITAÇÃO

- 14.1. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 14.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
 - b. Consulta de Impedidos de Licitar do TCE/PR.
- 14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 14.4. Será inabilitado o licitante que possua restrição/impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública no âmbito deste Município ou, ainda, que tenha sido declarado inidôneo, independentemente do âmbito ou esfera do órgão que tenha aplicado a sanção.
- 14.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.6. A possível tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.7. O licitante poderá ser convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 14.8. Constatado o descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro inabilitará o licitante.
- 14.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 14.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, sob pena de inabilitação.
- 14.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.12. A verificação, pelo Pregoeiro, nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 14.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à fase de análise da documentação de habilitação.

- 14.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- 15.1. São documentos obrigatórios à habilitação neste certame:

15.1.1. Habilitação Jurídica:

- a. Requerimento de empresário à Junta Comercial, no caso de empresário individual, ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c. Certidão de Regularidade em relação aos Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante;
- d. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais (Mobiliários), expedida pela Secretaria Municipal de Finanças do domicílio ou sede da licitante;
- e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos

encargos sociais instituídos por lei.

- f. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

15.1.3. Qualificação Técnica

Para os produtos regulados pela ANVISA, a Capacitação da Licitante deverá ser comprovada pela seguinte documentação:

- a. Apresentação de 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- b. Apresentar Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo Órgão competente do Município e/ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o proponente, devidamente válido na forma da legislação vigente.
- c. Autorização de Funcionamento (AFE) emitido pela ANVISA e da respectiva publicação atualizada no Diário Oficial da União da empresa licitante.
- d. Certidão de Regularidade da empresa licitante expedida pela entidade profissional competente, indicando o responsável técnico com seu número de inscrição, conforme exigido em Lei.

Para produtos NÃO regulados pela ANVISA, conforme relação disponível no site da ANVISA, será exigida apresentação de 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

15.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos documentos.

15.2. Todas as declarações exigidas serão retiradas diretamente do sistema www.gov.br/compras/pt-br/.

15.3. **Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação**

listados no item 15.1, desde que constem no SICAF, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes nos sistemas.

- 15.4. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.
- 15.5. Caso as Certidões não provem a regularidade do licitante, estes estarão imediatamente inabilitados no presente processo licitatório, além de sofrerem as penalidades previstas no edital e na legislação pertinente.
- 15.6. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade sendo dispensada sua autenticação.
- 15.7. A documentação de que trata o item 15.1 deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital.
- 15.8. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 15.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 15.10. Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, deverá encaminhá-los, em formato digital, via sistema www.gov.br/compras/pt-br/, sob pena de decair do direito à contratação.
- 15.11. Ultrapassado o prazo previsto no item 15.9, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

16. DOS RECURSOS

- 16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, para que qualquer

licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

- 16.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 16.3. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 16.4. A falta de manifestação imediata e motivada na forma estabelecida neste capítulo importará a preclusão do recurso e consequente adjudicação do objeto do certame aos licitantes vencedores.
- 16.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, no mesmo prazo de 3 (três) dias úteis, cuja contagem iniciar-se-á a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas ao processo.
- 16.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 16.7. Decorrido o prazo para razões e contrarrazões, o Pregoeiro examinará o recurso e fará o juízo de retratação, nos moldes do artigo 9, inciso VII, do Decreto Municipal nº 19.302, de 4 de dezembro de 2009.
- 16.8. Se mantida a decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar o recurso e suas contrarrazões à Autoridade Superior para decisão.
- 16.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

- 17.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRAUTAL

- 18.1. Encerrada a etapa de recursos, o(a) Pregoeiro(a) deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.
- 18.2. A autoridade superior decidirá sobre a homologação do certame, retornando o relatório o Pregoeiro, para continuidade do processo, na forma do edital.
- 18.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Fundação convocará o licitante vencedor para assinatura de instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho.
- 18.4. A assinatura do Contrato Administrativo será realizada através do Sistema de Informações Digitais (SID), ou outro sistema eletrônico utilizado pela FMSFI.
- 18.5. A FMSFI solicitará via email ao representante do licitante vencedor que realize o cadastro perante o SID, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de imposição das sanções previstas neste Edital e seus anexos.
- 18.6. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar a ata de registro de preços ou o instrumento contratual.
- 18.7. A recusa injustificada do licitante vencedor em aceitar ou assinar o Instrumento Contratual ou a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da notificação, implicará a imposição das penalidades previstas no Edital e anexos.
- 18.8. O licitante tem o dever de manifestar ciência em todas as comunicações encaminhadas pela FMSFI, via e-mail ou SID, presumindo-se a ciência após decorrido 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da comunicação.
- 18.9. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 18.9.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 18.9.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

- 18.9.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 18.10. Os prazos previstos neste item terão início com a manifestação de ciência do licitante vencedor acerca da comunicação enviada pela FMSFI, observado o disposto no item 18.8.

19. DAS CONTRATAÇÕES E SANÇÕES

- 19.1. As contratações se darão através da formalização do Contrato/Ata de Registro de Preços e da Nota de Empenho.
- 19.2. O Instrumento Contratual ou as Notas de Empenho deverão ser emitidas contendo:
- O objeto e seus elementos característicos, inclusive quantidades;
 - A forma e o prazo de fornecimento de bens ou prestação dos serviços;
 - O preço unitário;
 - Dotação orçamentária e fonte de recursos;
 - A indicação do respectivo processo licitatório.
- 19.3. Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da lei nº 10.520/2002, ficando sujeita à aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal direta e indireta, de acordo com a gravidade do ato, a empresa que:

19.3.1. Não mantiver sua proposta ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação, conforme abaixo especificado:

- Recusar-se ou deixar de enviar a documentação e a proposta de preços no prazo estabelecido no edital; ou
- Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela FMSFI, durante a análise da proposta; ou
- Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação, sem justificativa aceita pela Administração:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses, além de multa de 1% (um por cento) em relação ao total de sua proposta.

19.3.2. Deixar de Celebrar o Contrato, conforme abaixo especificado:

- Recusar-se ou deixar de enviar documento(s) necessário(s) à comprovação de capacidade para assinatura do Contrato; ou

- b. Recusar-se ou deixar de assinar o Contrato, dentro do prazo de validade da sua proposta:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses, além de multa de 10% (dez por cento) em relação ao total de sua proposta.

19.3.3. Fraudar ou falhar na execução do Contrato, e ensejar retardamento de sua execução:

- a. Pela inexecução parcial do Contrato:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses, além de multa de 10% (dez por cento) em relação ao total de sua proposta.

- b. Deixar de manter as condições de habilitação durante a execução contratual:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) meses e de multa de 1% em relação ao valor contratual.

- c. Pela inexecução total do Contrato:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor total do contrato.

- d. Se a contratada ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do contratante, ainda que obrigada a reassumir o fornecimento no prazo máximo de 15 (quinze) dias:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor total do contrato.

19.3.4. Apresentar documento ou declaração falsa:

- a. Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 10% a 20% em relação ao valor total de sua proposta;

- b. Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigações ou alterar a verdade:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor contratual.

19.3.5. **Cometer fraude fiscal:**

- a. Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal; ou
- b. Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem; ou
- c. Falsificar ou alterar quaisquer Notas Fiscais:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses, multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total da sua proposta ou do Contrato, conforme o caso, bem como declaração de inidoneidade, que acarreta o impedimento de licitar com a União, Estados e Municípios pelo prazo do impedimento aplicado.

19.3.6. **Comportar-se de modo inidôneo:**

- a. Atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo; ou
- b. Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada com a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou seus endereços, da empresa participante e da penalidade anteriormente.

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses e multa de 20% (vinte por cento) a 20% em relação ao valor total de sua proposta;

- 19.4. Além do acima exposto, a adjudicatária se sujeita às sanções de advertência e multa, constantes nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicadas suplementarmente, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, da seguinte forma:

19.4.1. Advertência, nos casos de menor gravidade;

19.4.2. Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto do Edital, sendo que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução parcial do Contrato, incidindo sanções específicas, conforme item 19.3.3 “a” acima.

- 19.5. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir

indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.

- 19.6. Será assegurado à empresa, previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta seção, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 19.7. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
- 19.8. As penalidades de impedimento e inidoneidade serão obrigatoriamente registradas na plataforma correspondente do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União e no SICAF e o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no contrato e das demais cominações legais.
- 19.9. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:
 - a. O dano causado à administração;
 - b. O caráter educativo da pena;
 - c. A reincidência como maus antecedentes;
 - d. A proporcionalidade.
- 19.10. Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, nacional ou estrangeira, pela prática de atos contra a Administração Pública, e dá outras providências.
- 19.11. Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, de acordo com a natureza jurídica da contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Lei nº 8.666/90, observando ainda os seguintes procedimentos:
 - 20.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura será obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, obtida por meio da consulta aos sítios eletrônicos oficiais
 - 20.1.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.

20.1.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior ao prazo estabelecido no instrumento contratual vigente, contados da data de seu atesto pelo gestor, ou quando da apresentação e/ou quando estabelecido no contrato.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. A Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Fundação poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 21.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 21.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.
- 21.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 21.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).
- 21.7. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão;
- 21.8. A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 21.9. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos

os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

- 21.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da legislação pertinente.

Foz do Iguaçu-Pr, 29 de dezembro de 2023.

André Ricardo Cório Di Buriasco
Diretor Presidente

Letícia Caroline Lacoski
Assessora de Compras e Licitação

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE LABORATÓRIO, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, PELO PERÍODE DE 12 (doze) MESES

1. JUSTIFICATIVA

A aquisição dos materiais, para uso laboratorial, tem a finalidade de suprir as necessidades do Laboratório Municipal, na quantidade e qualidade para a perfeita e total execução dos serviços rotineiros da rede municipal de saúde, com o intuito de auxiliar no diagnóstico clínico e na contribuição do melhor atendimento aos pacientes do Hospital Municipal Padre Germano Lauck (HMPGL), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) João Samek, UPA Dr. Walter Cavalcante Barbosa e pacientes de programas instituídos pelo Ministério da Saúde.

Considerando a necessidade de compra dos referidos itens por processo licitatório, faz-se necessário registro desses itens especificados no quadro 1.1

Os quantitativos foram calculados pelo laboratório do hospital, levando em consideração o consumo anterior.

2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

Descritivo de insumos a serem licitados.

Quadro 1.1: ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIPTIVO	QTDE.	APRES.	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	QUANT. AMOSTRAS
1	ÁCIDO SULFOSALICÍLICO 20% - FRASCO COM 1000 ML	5	FRASCO	352956	R\$ 292,12	R\$ 1.460,60	
2	ÁGAR CHOCOLATE SUPLEMENTADO	10000	PLACA	327596	R\$ 7,62	R\$ 76.200,00	
3	ÁGAR CLED/MACCONKEY BIPLACA	38000	BIPLACA	381173	R\$ 5,48	R\$ 208.240,00	
4	ÁGAR CROMOGÊNICO ESBL PLACA DE 90 MM	200	PLACA	396193	R\$ 12,44	R\$ 2.488,00	
5	ÁGAR CROMOGÊNICO KPC PLACA 90MM COM DUAS DIVISÕES	4000	PLACA	473359	R\$ 15,63	R\$ 62.520,00	
6	ÁGAR DNASE PLACA 90 MM	100	PLACA	326373	R\$ 9,67	R\$ 967,00	
7	ÁGAR MACCONKEY	2000	PLACA	326284	R\$ 4,72	R\$ 9.440,00	
8	ÁGAR MANITOL PLACA 90 MM	900	PLACA	326358	R\$ 5,06	R\$ 4.554,00	

9	ÁGAR MULLER HINTON PLACA 150X15 MM	3000	PLACA	326359	R\$ 9,94	R\$ 29.820,00	
10	ÁGAR SANGUE DE CARNEIRO 5%	1400	PLACA	326923	R\$ 4,86	R\$ 6.804,00	
11	ÁGAR SANGUE/MACCONKEY BIPLACA	4500	BIPLACA	330720	R\$ 5,99	R\$ 26.955,00	
12	ÁGAR THAYER MARTIN/SANGUE BIPLACA	500	BIPLACA		R\$ 10,38	R\$ 5.190,00	
13	AGAR VRE MEIO DE CULTURA SELETIVO PARA ISOLAMENTO E DIFERENCIAÇÃO DE ENTEROCOCCUS FAECALIS E ENTEROCOCCUS FAECIUM RESISTENTES A VANCOMICINA - VRE, PRONTO PARA USO EM PLACAS DE PETRI DESCARTÁVEL 90 X 15 MM.	2000	PLACA	333750	R\$ 13,75	R\$ 27.500,00	
14	ÁGAR XLD	700	PLACA	326304	R\$ 6,51	R\$ 4.557,00	
15	AGULHA ESTÉRIL TAMANHO 32X0,7MM ou 25X0,7MM (22G1) PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM DISPOSITIVO EXCLUSIVO DE SEGURANÇA	100000	UNIDADE	397584	R\$ 1,29	R\$ 129.000,00	20 UNIDADES
16	AGULHA ESTÉRIL TAMANHO 32X0,8MM ou 25X0,8MM (21G1) PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM DISPOSITIVO EXCLUSIVO DE SEGURANÇA	100000	UNIDADE	397583	R\$ 1,66	R\$ 166.000,00	20 UNIDADES
17	ALBUMINA BOVINA A 22% - FRASCO COM 10 ML	30	FRASCO	382447	R\$ 44	R\$ 1.320,00	
18	ALÇA BACTERIOLÓGICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL DE 10 MICROLITROS	20000	UNIDADE	408819	R\$ 0,27	R\$ 5.400,00	
19	ÁLCOOL ÁCIDO A 3% - FRASCO COM 500 ML	30	FRASCO	380528	R\$ 36,51	R\$ 1.095,30	
20	ÁLCOOL METÁLICO PA 99,8% - FRASCO COM 1000 ML	5	FRASCO	348265	R\$ 37,54	R\$ 187,70	
21	ALMOTOLIA PLÁSTICA TRANSPARENTE CAPACIDADE PARA 500 ML	50	UNIDADE		R\$ 7,50	R\$ 375,00	
22	AMICACINA 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	396259	R\$ 16,70	R\$ 100,20	
23	AMOXICILINA + ÁCIDO CLAVULÂNICO 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	339536	R\$ 23,86	R\$ 143,16	
24	AMPICILINA + SULBACTAN 20 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	4	FRASCO	396270	R\$ 18,72	R\$ 74,88	
25	AMPICILINA 10 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	FRASCO	396261	R\$ 19,92	R\$ 39,84	
26	AMPICILINA 2 ug (BR CAST C/50 DISCOS)	24	UNIDADE	464923	R\$ 18,70	R\$ 448,80	
27	AZITROMICINA 15 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	4	FRASCO	339690	R\$ 17,55	R\$ 70,20	
28	AZTREONAM 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	396256	R\$ 19,97	R\$ 119,82	
29	AZUL DE CRESIL BRILHANTE - FRASCO DE 100 ML	10	FRASCO	357757	R\$ 36,77	R\$ 367,70	
30	AZUL DE METILENO - FRASCO COM 100 G, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: • FÓRMULA QUÍMICA: C16H18N3SCL.3H2O; • PESO MOLECULAR: 373,90 G/MOL; • C.I. 52015.	10	FRASCO	331361	R\$ 114,67	R\$ 1.146,70	
31	BACITRACINA 10 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	FRASCO	342755	R\$ 19,44	R\$ 38,88	
32	BENZILPENICILINA 1 U (BR CAST C/50 DISCOS)	10	UNIDADE	462914	R\$ 17,55	R\$ 175,50	

33	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE DE 12 LITROS COM TERMÔMETRO DIGITAL EMBUTIDO (MÁXIMA E MÍNIMA) COM QUALIDADE COMPROVADA. A CAIXA TÉRMICA DEVE SER FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, REVESTIDA DE POLIURETANO E COM TRAVA DE SEGURANÇA NA TAMPA. TERMÔMETRO COM FAIXA DE UTILIZAÇÃO DE -50+70°C, VISOR DE FÁCIL LEITURA, A PROVA DÁGUA E FUNÇÃO °C.	10	UNIDADE	475420	R\$ 188,62	R\$ 1.886,20	
34	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE DE 15 LITROS COM TERMÔMETRO DIGITAL EMBUTIDO (MÁXIMA E MÍNIMA) COM QUALIDADE COMPROVADA. A CAIXA TÉRMICA DEVE SER FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, REVESTIDA DE POLIURETANO E COM TRAVA DE SEGURANÇA NA TAMPA. TERMÔMETRO COM FAIXA DE UTILIZAÇÃO DE -50+70°C, VISOR DE FÁCIL LEITURA, A PROVA DÁGUA E FUNÇÃO °C.	10	UNIDADE	447890	R\$ 559,53	R\$ 5.595,30	
35	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE DE 9,5 LITROS COM TERMÔMETRO DIGITAL EMBUTIDO (MÁXIMA E MÍNIMA) COM QUALIDADE COMPROVADA. A CAIXA TÉRMICA DEVE SER FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, REVESTIDA DE POLIURETANO E COM TRAVA DE SEGURANÇA NA TAMPA. TERMÔMETRO COM FAIXA DE UTILIZAÇÃO DE -50+70°C, VISOR DE FÁCIL LEITURA, A PROVA DÁGUA E FUNÇÃO °C.	10	UNIDADE	472773	R\$ 339,36	R\$ 3.393,60	
36	CALDO TSB - CAIXA COM 10 TUBOS DE 4ML	50	CAIXA		R\$ 45,93	R\$ 2.296,50	
37	CÂMARA DE FUCHS ROSENTHAL PROFUNDIDADE 0,200 MM ESPELHADA.	2	UNIDADE	410860	R\$ 482,97	R\$ 965,94	
38	CEFOTAXIMA 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDA SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	334972	R\$ 18,99	R\$ 113,94	
39	CEFOTAXIMA 5 ug(BR CAST C/50 DISCOS)	24	UNIDADE	334971	R\$ 16,70	R\$ 400,80	
40	CEFTAROLINA 5 UG(BR CAST FRASCO C/50 DISCOS)	100	FRASCO	464952	R\$ 39,00	R\$ 3.900,00	
41	CEFTAZIDIMA 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	357311	R\$ 18,76	R\$ 112,56	
42	CEFTAZIDIMA AVIBACTAM 10-4UG (FRASCOS C/ 50 DISCOS)	10	FRASCO	446130	R\$ 52,80	R\$ 528,00	
43	CEFTOLOZANE TAZOBACTAM 30-10UG (FRASCOS C/ 50 DISCOS)	100	FRASCO	446129	R\$ 45	R\$ 4.500,00	
44	CEFTRIAXONA 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	396260	R\$ 16,70	R\$ 100,20	
45	CEPAS CONTROLE DE CANDIDA ALBICANS EM DISCOS OU TIRAS - ATCC 60193	2	FRASCO	453680	R\$ 526,00	R\$ 1.052,00	
46	CEPAS CONTROLE DE ESCHERICHIA COLI EM DISCOS, TIRAS OU ALÇAS - ATCC 25922	1	FRASCO	367941	R\$ 98,85	R\$ 98,85	
47	CEPAS CONTROLE DE PSEUDOMONAS AERUGINOSA EM DISCOS, TIRAS OU ALÇAS - ATCC 27853	2	FRASCO	367940	R\$ 164,35	R\$ 328,70	
48	CEPAS CONTROLE DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS EM DISCOS, TIRAS OU ALÇAS - ATCC 25923	2	FRASCO	367936	R\$ 367,75	R\$ 735,50	
49	CEPAS CONTROLE DERIVADAS DA KLEBSIELLA PNEUMONIAE ATCC: BR-26; EM DISCOS, TIRAS OU ALÇAS	100	FRASCO		R\$ 444,99	R\$ 44.499,00	
50	CIPROFLOXACINO 5 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	7	FRASCO	339696	R\$ 16,70	R\$ 116,90	

51	CLINDAMICINA 2 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	340890	R\$ 18,76	R\$ 112,56	
52	CLORANFENICOL 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	4	FRASCO	329745	R\$ 15,85	R\$ 63,40	
53	COLETOR DE URINA INFANTIL UNISSEX 100 ML - PACOTE COM 10 UNIDADES	1200	PACOTE	419390	R\$ 2,75	R\$ 3.300,00	
54	CONJUNTO DESCARTÁVEL PARA COLETA À VÁCUO COM AGULHA 32X0,8MM ou 25X0,8MM (21G1) + ADAPTADOR COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NA AGULHA OU NO ADAPTADOR	10000	UNIDADE	397583	R\$ 1,80	R\$ 18.000,00	20 UNIDADES
55	CRONÔMETRO DIGITAL DE FÁCIL MANIPULAÇÃO PARA USO GERAL. INDICADOR EM HORA/MINUTOS/SEGUNDOS COM DISPARO DE ALERTA SONORO AO FINAL DA CONTAGEM E ALIMENTAÇÃO DE 1 PILHA TIPO AAA 1,5V.	20	UNIDADE	246350	R\$ 82,50	R\$ 1.650,00	
56	DMSO (DIMETILSULFÓXIDO) - FRASCO COM 1000 ML	5	FRASCO	352803	R\$ 764	R\$ 3.820,00	
57	DUCHA OFTÁLMICA (LAVA OLHOS PORTÁTIL) COM SUPORTE DE PAREDE EM METAL OU PLÁSTICO	10	UNIDADE	220066	R\$ 918,95	R\$ 9.189,50	
58	ERITROMICINA 15 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	340913	R\$ 15,85	R\$ 95,10	
59	ESCALA DE MCFARLAND 0,5	100	FRASCO	405785	R\$ 6,63	R\$ 663,00	
60	ESCALPE COM AGULHA 21G PARA COLETA A VÁCUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA COM ADAPTADOR PARA COLETAS MÚLTIPLAS.	10000	UNIDADE		R\$ 1,17	R\$ 11.700,00	20 UNIDADES
61	ESTANTE PARA TUBOS 12-13 MM COR BRANCA, COM CAPACIDADE PARA 90 TUBOS, EM POLIPROPILENO, AUTOCLAVÁVEIS, COM ORIFÍCIOS QUADRADOS, PODENDO SER UTILIZADAS EM BANHO-MARIA, ESTUFA E FREEZER	90	UNIDADE	429241	R\$ 26	R\$ 2.340,00	
62	ESTREPTOMICINA 300 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	FRASCO	344296	R\$ 21	R\$ 42,00	
63	FITA GRADIENTE MIC E-TEST P/ SALFA/TRIM (SULFAMETAZOL/ TRIMETROPINA) MEROPENEM; CEFTAZIDIME; VANCOMICINA; LEVOFLOXACIN	400	UNIDADE		R\$ 30,80	R\$ 12.320,00	
64	FRASCO COM TIRAS DE OXIDASE - FRASCO COM NO MÍNIMO 10 TIRAS	5	FRASCO	352088	R\$ 41,14	R\$ 205,70	
65	FRASCO ESTÉRIL PARA COLETA DE ESCARRO, LEITOSO COM TAMPA EM ROSCA - CAPACIDADE PARA 80 ML	100000	UNIDADE	439115	R\$ 0,77	R\$ 77.000,00	
66	GARROTE PARA COLETA DE SANGUE E PUNÇÃO VENOSA, EM ELÁSTICO PLANO, RESISTENTE, BORDAS ARREDONDADAS, COM SISTEMA DE TRAVA, BOTÃO DE REGULAGEM DE TENSÃO E BOTÃO DE ABERTURA	50	UNIDADE		R\$ 15	R\$ 750,00	
67	GAVETEIRO DE PLÁSTICO PRETO COM 3 GAVETAS 56X33X38CM	2	UNIDADE	467385	R\$ 39,43	R\$ 78,86	
68	GENTAMICINA 30 ug (BR CAST C/50 DISCOS)	24	UNIDADE	464939	R\$ 16,70	R\$ 400,80	
69	HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO SOLUÇÃO 20% AQUOSA 1000ML - EXODO FÓRMULA: KOH FÓRMULA MOLECULAR: KOH PESO MOLECULAR: 56,11 ASPECTO: LÍQUIDO COR: TRANSPARENTE CONCENTRAÇÃO: 20%.	4	UNIDADE	412577	R\$ 16,76	R\$ 67,04	

70	JARRA DE ANAEROBIOSE COM CAPACIDADE DE 2,5 LITROS EM POLICARBONATO OU PVC, COM TAMPA CONJUNTA DE SILICONE E COM FECHO HERMÉTICO CAPACIDADE PARA 12 PLACAS DE 90 MM DE DIÂMETRO. OBS: DEVE CONTER ALTURA MÁXIMA DE 23CM.	4	UNIDADE	413718	R\$ 1.265,75	R\$ 5.063,00	
71	KIT DE URINA ESTÉRIL COM TUBO PP 12 ML + TAMPA INTERNA + COPO ESTÉRIL	50000	UNIDADE		R\$ 1,56	R\$ 78.000,00	
72	KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAM COMPLETO - FRASCOS COM 500 ML	30	KIT		R\$ 90,28	R\$ 2.708,40	
73	KIT PARA COLORAÇÃO DE ZIEHL GABBET - FRASCOS COM 500 ML	15	KIT		R\$ 81,40	R\$ 1.221,00	
74	KIT PARA ENTEROBACTÉRIAS EM ÁGAR GEL EM TUBOS - CAIXA COM 10 TESTES	20	KIT	484248	R\$ 216,98	R\$ 4.339,60	
75	KIT PARA ENTEROCOCOS - CAIXA COM 25 TESTES	4	KIT	326804	R\$ 230,50	R\$ 922,00	
76	LÂMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA 26X76 MM	300000	UNIDADE	409636	R\$ 0,27	R\$ 81.000,00	
77	LAMÍNULA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA 22X22 MM - CAIXA COM 100	4000	CAIXA	409642	R\$ 4,38	R\$ 17.520,00	
78	LÂMPADA DE HALOGÊNIO 6V 20W	20	UNIDADE	272265	R\$ 29,50	R\$ 590,00	
79	LEVOFLOXACIN 5 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	7	FRASCO	339697	R\$ 17,55	R\$ 122,85	
80	LINEZOLIDA 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	3	FRASCO	340909	R\$ 15,86	R\$ 47,58	
81	MEDIDOR DE PH DIGITAL COM FAIXA DE MEDIÇÃO DE 0,0 A 14,0 E EXATIDÃO DE ± 0.1 A ± 1°C A PROVA D'ÁGUA	1	UNIDADE	482197	R\$ 313	R\$ 313,00	
82	MICROPIPETA MONOCANAL DE PRECISÃO, PARA MEDIDA E TRANSFERÊNCIA DE VOLUME DAS AMOSTRAS, COM FAIXA DE VOLUME VARIÁVEL E AJUSTÁVEL ENTRE 20 À 200µL, COM INCREMENTOS DE ESCALA DE 0,1 µL.	5	UNIDADE	408629	R\$ 369,34	R\$ 1.846,70	
83	MICROTUBO TIPO EPPENDORF 2ML	10000	UNIDADE	410353	R\$ 0,08	R\$ 800,00	
84	MOXIFLOXACINO 5UG - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES).	100	FRASCO	339694	R\$ 15,37	R\$ 1.537,00	
85	MULTIDISCOS OU POLIDISCOS PARA BACIOS GRAM NEGATIVOS – SUPORTE COM 12 OU 15 DISCOS - CAIXA COM MIN DE 20 À 25 SUPORTES	24	CAIXA		R\$ 334,17	R\$ 8.020,08	
86	MULTIDISCOS OU POLIDISCOS PARA COCOS GRAM POSITIVOS - SUPORTE COM 12 OU 15 DISCOS - CAIXA COM MÍN 20 À 25 SUPORTES	15	CAIXA		R\$ 333,33	R\$ 4.999,95	
87	MULTIDISCOS OU POLIDISCOS PARA URINA - SUPORTE COM 12 OU 15 DISCOS - CAIXA COM MÍN 20 À 25 SUPORTES	24	CAIXA		R\$ 196,67	R\$ 4.720,08	
88	NITROFURANTOINA 300 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	FRASCO	339114	R\$ 15,85	R\$ 31,70	
89	NORFLOXACINA 10 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	FRASCO	339699	R\$ 19,21	R\$ 38,42	
90	NOVOBIOCINA 05 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	FRASCO	339706	R\$ 19,91	R\$ 39,82	
91	OFLOXACINA 5 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	FRASCO	339695	R\$ 14,02	R\$ 28,04	
92	ÓLEO DE IMERSÃO - FRASCO COM 100 ML	100	FRASCO		R\$ 26,86	R\$ 2.686,00	
93	PAPEL DE FILTRO PARA CITOCENTRÍFUGA COM 2 FUROS - CAIXA COM 100	5	CAIXA	408452	R\$ 49,24	R\$ 246,20	

94	PEFLOXACINO 5 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES).	100	FRASCO	339140	R\$ 31,48	R\$ 3.148,00	
95	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 110 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	6	FRASCO	339707	R\$ 26,62	R\$ 159,72	
96	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME AJUSTÁVEL 1 A 10 ML (1000 A 10000 MICROLITROS)	5	UNIDADE		R\$ 774,75	R\$ 3.873,75	
97	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME AJUSTÁVEL 10-100 MICROLITROS	2	UNIDADE		R\$ 350	R\$ 700,00	
98	PIPETA PASTEUR 3 ML EM PLÁSTICO DESCARTÁVEL ESTÉRIL	10000	UNIDADE		R\$ 0,39	R\$ 3.900,00	
99	PISSETA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO CURVO GRADUADA CAPACIDADE PARA 250 ML	50	UNIDADE		R\$ 8,32	R\$ 416,00	
100	PISSETA PLÁSTICA TRANSPARENTE BICO CURVO GRADUADA CAPACIDADE PARA 500 ML	50	UNIDADE		R\$ 10,01	R\$ 500,50	
101	PLASMA DE COELHO LIOFILIZADO - FRASCO COM 3 ML	300	FRASCO	330642	R\$ 24,42	R\$ 7.326,00	
102	PONTEIRA SEM FILTRO CAPACIDADE 5 ML (5000 MICROLITROS)	10000	UNIDADE		R\$ 0,70	R\$ 7.000,00	
103	PONTEIRAS AMARELAS TIPO GILSON CAPACIDADE 0-200 MICROLITROS	700000	UNIDADE		R\$ 0,03	R\$ 21.000,00	
104	SACO PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL - 15 A 20 L	10000	UNIDADE		R\$ 1,62	R\$ 16.200,00	
105	SACO PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL - 50 A 60 L	20000	UNIDADE	226093	R\$ 3,66	R\$ 73.200,00	
106	SCALP COM AGULHA 21G PARA COLETA A VÁCUO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA COM ADAPTADOR PARA COLETA MÚLTIPLAS. SCALP TAMANHO 23G, À VÁCUO, TIPO BUTTERFLY(BORBOLETA), UTILIZADO PARA COLETA MÚLTIPLA DE SANGUE NO SISTEMA À VÁCUO. A AGULHA É TRIFACETADA, COM CAPA PROTETORA NA AGULHA, DISPÕE DE DUAS ABAS LATERAIS E CÂNULAS ALONGADS DE APROXIMADAMENTE 14 CM QUE FACILITA A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE. EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE.	12000	UNIDADE		R\$ 0,93	R\$ 11.160,00	20 UNIDADES
107	SCALP COM AGULHA 25G PARA COLETA A VÁCUO COM DISPOSITIVO DE SEGUTANÇA COM ADAPTADOR PARA COLETA MÚLTIPLAS. SCALP TAMANHO 23G, À VÁCUO, TIPO BUTTERFLY(BORBOLETA), UTILIZADO PARA COLETA MÚLTIPLA DE SANGUE NO SISTEMA À VÁCUO. A AGULHA É TRIFACETADA, COM CAPA PROTETORA NA AGULHA, DISPÕE DE DUAS ABAS LATERAIS E CÂNULAS ALONGADS DE APROXIMADAMENTE 14 CM QUE FACILITA A VISUALIZAÇÃO DO SANGUE. EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE.	5000	UNIDADE		R\$ 0,93	R\$ 4.650,00	20 UNIDADES
108	SORO ANTI SHIGELLA BOYDII POLI 3 - FRASCO DE 3 ML (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	UNIDADE	376583	R\$ 269	R\$ 538,00	
109	SORO ANTI SHIGELLA DYSENTERIAE POLI 2 - FRASCO DE 3 ML (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	UNIDADE	376582	R\$ 257	R\$ 514,00	
110	SORO ANTI SHIGELLA FLEXNERI POLI 1 - FRASCO DE 3 ML (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	2	UNIDADE	376581	R\$ 270	R\$ 540,00	
111	SWAB ESTÉRIL COM HASTE PLÁSTICA	5000	UNIDADE	396142	R\$ 0,44	R\$ 2.200,00	
112	SWAB ESTÉRIL COM MEIO DE TRANSPORTE CARY BLAIR	700	UNIDADE	396146	R\$ 6,02	R\$ 4.214,00	

113	SWAB ESTÉRIL COM MEIO DE TRANSPORTE STUART	5000	UNIDADE	396145	R\$ 3,24	R\$ 16.200,00	
114	TEICOPLANINA 30 MICROGRAMAS - FRASCO COM 50 DISCOS (VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES)	4	FRASCO	340906	R\$ 18,23	R\$ 72,92	
115	TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO, ESCALA - 60°C A + 500°C, MIRA LASER, VISOR DIGITAL.	5	UNIDADE	470197	R\$ 532,63	R\$ 2.663,15	
116	TERMÔMETRO DIGITAL TEMPERATURA INTERNA E EXTERNA - MÁXIMA E MÍNIMA.	20	UNIDADE		R\$ 119,18	R\$ 2.383,60	
117	TESTE AGLUTINAÇÃO EM LAMINA PARA CONFIRMAÇÃO DE ESTAFILOCOCOS	1200	TESTE		R\$ 17,65	R\$ 21.180,00	
118	TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA A DETECÇÃO RÁPIDA QUALITATIVA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES (SEM A NECESSIDADE DE DIETA)	6000	UNIDADE	381259	R\$ 4,14	R\$ 24.840,00	
119	TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA A DETECÇÃO RÁPIDA QUALITATIVA DO HCG COM SENSIBILIDADE DE 25 MIU/ML	12000	UNIDADE	332727	R\$ 1,01	R\$ 12.120,00	(ENVIAR UMA AMOSTRA PARA VALIDAÇÃO)
120	TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO RÁPIDA QUALITATIVA DE CLOSTRIDIUM DIFFICILE (TOXINA A+B)	150	UNIDADE	390491	R\$ 56,57	R\$ 8.485,50	
121	TESTE IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA DETECÇÃO RÁPIDA QUALITATIVA DE ROTAVÍRUS	500	UNIDADE	335445	R\$ 10,88	R\$ 2.176,00	
122	TESTE RÁPIDO EM LÂMINA P/ IDENTIFICAÇÃO DE STAPHYLOCOCCUS AUREUS POR AGLUTINAÇÃO EM LÁTEX	400	UNIDADE	430940	R\$ 29,59	R\$ 11.836,00	
123	TESTE VDRL POR FLOCULAÇÃO - FRASCO COM 5 ML OU 5,5 ML	250	FRASCO	366227	R\$ 125	R\$ 31.250,00	
124	TOBRAMICINA 10 ug (BR CAST C/50 DISCOS)	12	UNIDADE	340910	R\$ 18,99	R\$ 227,88	
125	TRIACEL I E II - FRASCO COM 10 ML (REAGENTE DE GLÓBULOS VERMELHOS HUMANOS PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS IRREGULARES)	15	KIT		R\$ 104,02	R\$ 1.560,30	
126	TRIPLACA XLD/VERDE BRILHANTE/SALMONELLA CROMOGÊNICO (MEIO SELETIVOS E DIFERENCIAIS P/ ISOLAMENTO DE SALMONELLA SPP).	1000	UNIDADE		R\$ 11,88	R\$ 11.880,00	
127	TUBO BRANCO SEM ADITIVOS DE 6ML VACUETTE 13X100MM COM TAMPA PROTETORA ROSQUEÁVEL.	25000	UNIDADE		R\$ 1,16	R\$ 29.000,00	
128	TUBO CAPILAR DE VIDRO PARA MICROHEMATÓCRITO SEM HEPARINA - CAIXA COM 500	100	CAIXA		R\$ 37,56	R\$ 3.156,00	
129	TUBO CRISTAL SEM TAMPA PARA TRANSPORTE DE AMOSTRA - CAPACIDADE PARA 5 ML	20000	UNIDADE		R\$ 0,15	R\$ 3.000,00	
130	TUBO CRISTALCOM ANTICOAGULANTE CITRATO TRISÓDICO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO PET (PARA GARANTIR A BIOSSEGURANÇA) COM SISTEMA CONTRA EFEITO AEROSSOL E DETONADOR, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA, PAREDE DUPLA COM CITRATO TRISÓDICO, CAPACIDADE PARA 2 ML (PEDIÁTRICO), TAMPA PROTETORA DE ROSCA E LINHA INDICATIVA DE VOLUME. TAMPA E TUBO COM ROSCA. FECHAMENTO COM ROSCA	40000	UNIDADE	379256	R\$ 1,36	R\$ 54.400,00	

131	TUBO DE COLETA COM ANTICOAGULANTE CITRATO TRISÓDICO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, EM PLÁSTICO PET (PARA GARANTIR A BIOSSEGURANÇA), COM SISTEMA CONTRA EFEITO AEROSSOL E DETONADOR, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA, PAREDE DUPLA COM CITRATO TRISÓDICO, CAPACIDADE PARA 3,5 ML, TAMPA PROTETORA DE ROSCA E LINHA INDICATIVA DE VOLUME. TAMPA E TUBO COM ROSCA. FECHAMENTO COM ROSCA	20000	UNIDADE	376833	R\$ 1,27	R\$ 25.400,00	
132	TUBO DE HEMÓLISE DE CRYSTAL 12X75 MM - CAPACIDADE PARA 5 ML	1000	UNIDADE		R\$ 0,15	R\$ 150,00	
133	TUBO DE PLÁSTICO ESTÉRIL SEM ADITIVO COM TAMPA E TUBO COM ROSCA - CAPACIDADE 5-10 ML.	30000	UNIDADE		R\$ 1,25	R\$ 37.500,00	
134	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM ANTICOAGULANTE EDTA-K3 EM PLÁSTICO PET (PARA GARANTIR A BIOSSEGURANÇA), COM SISTEMA CONTRA EFEITO AEROSSOL E DETONADOR, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA E TAMPA PROTETORA DE ROSCA E COM LINHA INDICATIVA DE VOLUME E COM CAPACIDADE PARA 4 ML. TAMPA E TUBO COM ROSCA. FECHAMENTO COM ROSCA	100000	UNIDADE	372340	R\$ 0,82	R\$ 82.000,00	
135	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM ANTICOAGULANTE EDTA-K3 EM PLÁSTICO PET (PARA GARANTIR A BIOSSEGURANÇA), COM SISTEMA CONTRA EFEITO AEROSSOL E DETONADOR, TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA, TAMPA PROTETORA DE ROSCA, COM LINHA INDICATIVA DE VOLUME E COM CAPACIDADE PARA 2 ML (PEDIÁTRICO). TAMPA E TUBO COM ROSCA. FECHAMENTO COM ROSCA	50000	UNIDADE	433639	R\$ 0,75	R\$ 37.500,00	
136	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO COM ANTICOAGULANTE FLUORETO DE SÓDIO/K3-EDTA, EM PLÁSTICO PET (PARA GARANTIR A BIOSSEGURANÇA) COM SISTEMA CONTRA EFEITO AEROSSOL E DETONADOR, COM TAMPA COM TRAVA DE SEGURANÇA, TAMPA PROTETORA DE ROSCA, COM LINHA INDICATIVA DE VOLUME E CAPACIDADE PARA 2 ML. TAMPA E TUBO COM ROSCA. FECHAMENTO COM ROSCA	20000	UNIDADE	374074	R\$ 1,13	R\$ 22.600,00	
137	CEFTAROLINA 5UG DISCO	10	FRASCO	464952	R\$ 33	R\$ 330,00	
138	CEPAS CONTROLE DE ENTEROCOCCUS FAECALISEM DISCOS, TIRAS OU ALÇAS-ATCC 29212	2	FRASCO	367938	R\$ 311,27	R\$ 622,54	
139	CEPAS CONTROLE DERIVADAS DA ATCC:10031 KLEBSIELLA PNEUMONIAEBR-123 EM DISCOS, TIRAS OU ALÇAS	2	FRASCO		R\$ 393,51	R\$ 787,02	
140	KIT EPM-MILI	8	KIT	464952	R\$ 156,83	R\$ 1.254,64	
141	METANOL (METHYLALCOHOL) FRASCO COM 01LITRO •FÓRMULA QUÍMICA:CH3OH	2	FRASCO		R\$ 73,10	R\$ 146,20	
142	REGENERAÇÃO DE COLUNAS À BASE DE TROCA PARA DEIONIZADOR DE 50 LITROS	10	UNIDADE		R\$ 442,28	R\$ 4.422,80	
143	AZUL DE METILENO -FRASCO COM 500 ML, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: •FÓRMULA QUÍMICA:C16H18N3SCL.3H2O; • PESO MOLECULAR:373,90G/MOL; • C.I.52015.	20	FRASCO		R\$ 38,45	R\$ 769,00	
144	BISTURI ESTÉRIL DESCARTÁVEL COM CABO- LÂMINA Nº10	550	UNIDADE	333633	R\$ 3	R\$ 1.650,00	

145	BISTURI ESTÉRIL DESCARTÁVEL COM CABO- LÂMINA Nº 11	250	UNIDADE	313571	R\$ 5,47	R\$ 1.367,50	
146	CAIXA TÉRMICA CAPACIDADE DE 32 LITROS COM TERMÔMETRO DIGITAL EMBUTIDO (MÁXIMA E MÍNIMA) COM QUALIDADE COMPROVADA. A CAIXA TÉRMICA DEVE SER FABRICADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, REVESTIDA DE POLIURETANO E COM TRAVA DE SEGURANÇA NA TAMPA (EM EPS) TERMÔMETRO COM FAIXA DE UTILIZAÇÃO DE -50 °C E +70°C.	35	UNIDADE		R\$ 172,90	R\$ 6.051,50	
147	SUPORTE DE PLÁSTICO OU ACRÍLICO PARA REPOUSO DE LÂMINAS DE MICROSCÓPIO COM CAPACIDADE DE 20 A 30 LÂMINAS	30	UNIDADES		R\$ 65	R\$ 1.950,00	
148	CONJUNTO DESCARTÁVEL PARA COLETA À VÁCUO COM AGULHA 32X0,7MM OU ou 25X0,7MM (21G1) + ADAPTADOR COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NA AGULHA OU NO ADAPTADOR	30000	UNIDADES		R\$ 1,84	R\$ 55.200,00	
149	SUPORTE PARA COLORAÇÃO DE LÂMINAS DE MICROSCÓPIO EM PVC COM CAPACIDADE DE 10 A 30 LÂMINAS	30	UNIDADES	423935	R\$ 65,00	R\$ 1.950,00	
150	CORANTE, TIPO: EOSINA AZUL DE METILENO SEGUNDO GIEMSA, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO	200	LITRO	327359	R\$ 82,00	R\$ 16.400,00	
151	CORANTE, TIPO: EOSINA AZUL DE METILENO SEGUNDO MAY GRUNWALD, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO	600	LITRO	327336	R\$ 48,93	R\$ 29.358,00	

3. VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA

Estimativa total dos itens do referido pregão é de **R\$ 1.927.143,17 (Um milhão, novecentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e três reais e dezessete centavos).**

A pesquisa de preços foi realizada pelo setor de Laboratório, pelo colaborador da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, Lisiane S de Brito Alves dos Santos.

Justificativa dos valores:

1) Sobre critério de adoção de preços de referência:

A adoção de preços de referência foi baseada em valores cotados junto a fornecedores e pesquisas de preços na internet, Banco De Preços, e editais de outras instituições.

O valor de referência foi formado a partir da mediana de preços gerando um valor de referência mais próximo do valor praticado.

4. EXECUÇÃO PARCELADA DO OBJETO / DURAÇÃO DO CONTRATO/

PRORROGAÇÃO:

A aquisição dos insumos de laboratório será de forma parcelada, por meio de emissão de ordem de compra, conforme houver necessidade pelo prazo de 12 meses na Modalidade Registro de Preço.

5. DO ENDEREÇO DE ENTREGA:

O endereço para entrega dos materiais acima discriminados será no Hospital Municipal Padre Germano Lauck, localizado à Rua Adoniran Barbosa, 370, Jardim Central, na cidade de Foz do Iguaçu-PR – CEP: 85.864-380.

6. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.

Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

a) provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

b) definitivamente: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Na hipótese do produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

A entrega dos produtos deverá ser efetuada nos endereços constantes nas ordens de compra emitidos pelo HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h30.

O recebimento dos produtos será efetuado pelo setor de almoxarifado, que fará a verificação dos volumes entregues e sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a cumprimento de conformidade com a solicitação da entrega dos produtos, e posteriormente serão conferidos pelo Setor solicitante.

A execução da Ata será acompanhada e fiscalizada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

A Administração rejeitará o objeto fornecido em desacordo com a Ata (art. 76 da lei Federal nº 8.666/93).

Entregar os insumos laboratoriais acondicionados em embalagens originais de fábrica, lacradas pelo fabricante, contendo a data e o número de série, o lote de fabricação, o prazo de validade (onde se aplicar), rótulo e outras informações, de acordo com a legislação brasileira pertinente.

Fornecer todo o material novo, sem uso anterior.

Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e a qualidade dos materiais a serem fornecidos.

Garantir a boa qualidade dos materiais fornecidos.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

A norma contida no inciso I do art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, que obriga a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, podem ser dispensados pela autoridade responsável pela licitação quando não for vantajoso para a

administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Justifica-se a não adoção do critério da exclusividade nos certames para a aquisição de material médico hospitalar, pois poderá representar prejuízo ao Município, já que as empresas tradicionais que oferecem os referidos mobiliário e equipamentos hospitalares em sua maioria não são enquadradas como ME ou EPP e haveria restrição à participação de fabricantes e de distribuidores, que oferecem os menores preços nas licitações.

Além disso, a aplicação da norma não é absoluta e comporta restrições, vigora ainda hoje e após a LC nº 147/14, o art. 49 da LC nº 123/06, incisos II e III, valendo a transcrição:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

A reserva de cota ou exclusividade para ME/EPP impossibilita a oferta de lance por empresas com outro enquadramento, o que pode resultar em itens desertos, trazendo prejuízos a aquisição de mobiliários e equipamentos hospitalares, quando se afasta potenciais fornecedores e como é de conhecimento público, a repetição do certame causa irreparável prejuízo ao órgão licitador e em especial os usuários do SUS, conseqüentemente tal situação coloca em risco a saúde dos Municípios, sendo este valor fundamental e direito personalíssimo maior perante quaisquer outros postulados jurídicos, administrativos ou econômicos.

Além disso, não há um mínimo de 03 (três) fornecedores de insumos laboratoriais, competitivos, sediados no município de Foz do Iguaçu, e enquadrados como ME ou EPP, será adotada cota única para os itens deste pregão, nos termos do artigo 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Apresentação de 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Apresentar Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo Órgão competente do Município e/ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o proponente, devidamente válido na forma da legislação vigente.

Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA e da respectiva publicação atualizada no Diário Oficial da União da empresa licitante.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

O objeto da presente licitação de aquisição de insumos de laboratório, trata de fornecimento de itens comuns, disponibilizado no mercado, suas especificações são as usuais de mercado, e os padrões de desempenho e qualidade estão definidas neste termo de referência.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

DA CONTRATANTE:

Receber os serviços/produtos do objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DA CONTRATADA

São obrigações da contratada para prestação de serviços:

Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

Atender todos os pedidos de fornecimento efetuados, durante a vigência contratual.

Comunicar à contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, bem como sobre o produto.

Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos.

Apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

Responsabilizar-se pelo transporte dos equipamentos de seu estabelecimento até o local determinado e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto.

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções sem ônus para a CONTRATANTE.

Substituir, a suas expensas e sem ônus para Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados de comunicação escrita, os materiais fornecidos que porventura apresentarem defeitos, vícios, incorreções em sua forma de apresentação, materiais entregues fora das especificações, que forem considerados impróprios para a utilização ou na ocorrência de defeitos frequentes, não solucionados totalmente e/ou permanecendo o aparelho com sua capacidade reduzida durante o período de garantia.

Fornecer todo o material licitado com as devidas garantias e estado de conservação novo.

Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e a qualidade dos equipamentos a serem fornecidos.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12. FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com a natureza jurídica da contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993, observando ainda os seguintes procedimentos:

A Nota Fiscal será obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal.

O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal.

13. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

Para a habilitação nas licitações a elaboração do termo de referência deverá observar as regras constantes no Artigo 27º e seguintes da Lei Federal 8.666/93.

14. SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

I - sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

II - sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Parágrafo único. A alteração subjetiva a que se refere este artigo deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O licitante e a contratada que incorrem em infrações sujeitam-se às sanções estipuladas na Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Federal nº 8.666/93, e no respectivo Edital.

17. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS:

Conforme quadro 1.1 deste termo.

18. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A Gestão do Contrato será exercida pelo Diretor Presidente Alessandro Ximenes Pinto, aos quais, no exercício de suas funções incumbirá providências para o acompanhamento e a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas para a execução regular e efetiva dos trabalhos por parte da CONTRATADA.

A fiscalização do contrato ficará a cargo do biomédico Marcio Gledson Correa.

19. DOS PRAZOS DE VALIDADE, E DAS EMBALAGENS:

Os produtos deverão ser entregues em embalagens identificadas contendo, quantidade, composição do item, gramatura, peso;

Os prazos de validade deverão estar especificados nas embalagens;

20. DAS AMOSTRAS E CATÁLOGO:

A empresa deverá apresentar catálogo dos itens arrematados, juntamente com a proposta reajustada, nos termos do edital.

A empresa deverá apresentar amostras dos itens arrematados conforme solicitado na coluna de quantidade de amostras do quadro 1.1, sob pena de desclassificação.

A não apresentação das amostras, quando exigidas dentro dos prazos estabelecidos, ou sua apresentação com especificação em desacordo com o bem solicitado, implicará na desclassificação da proposta para o referido lote, sendo então convocadas as propostas subsequentes até a apuração de produto que atenda ao disposto em edital.

Serão desclassificadas as opções para fornecimento de produtos não aprovados ou que não condizem com o solicitado pelo Hospital Municipal Padre Germano Lauck.

As amostras da empresa arrematante, deverão ser enviadas em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema.

As amostras deverão estar identificadas individualmente com o número do item correspondente, em embalagem original, devidamente lacrada, contendo todos os dados do produto e na quantidade informada na coluna referente a quantidade de amostras.

As amostras devem ser entregues no setor de Protocolo do Hospital Municipal Padre Germano Lauck, localizado à Rua Adoniran Barbosa, 370, Jardim Central, na cidade de Foz do Iguaçu-PR – CEP: 85.864-492.

21. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO NA ANÁLISE TÉCNICA:

As amostras poderão ser manipuladas, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica.

Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios técnicos:

Conformidade com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros);

Inexistência de notificações técnicas junto à Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu e a ANVISA;

Conformidade com as normas regulamentadoras.

As instruções de uso ou modo de usar devem facilitar a compreensão e a utilização segura do produto na prática.

O produto deve atender às necessidades assistenciais e de ensino no HMPGL

As amostras não aprovadas deverão ser retiradas em até 30 dias após a apresentação do produto, após este período o(s) produto(s) será(ão) condicionadas ao uso.

As amostras aprovadas não serão devolvidas aos proponentes, e serão condicionadas ao uso.

Para os itens em que o proponente oferecer a mesma marca, modelo e Registro no Ministério da Saúde poderá apresentar um único exemplar de amostra para os diferentes tamanhos de produto.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO O CONTRATADO:

Deve-se fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) Prática obstrutiva:
 - (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste Termo de Referência;
 - (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

23. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

A aquisição eventual dos insumos de laboratório é destinada a atender a demanda do laboratório do Hospital Padre Germano Lauck no Município de Foz do Iguaçu-PR, Unidades Básicas de Saúde (UBS), pacientes das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) João Samek, UPA Dr. Walter Cavalcante Barbosa e ainda os programas instituídos pelo Ministério da Saúde. As especificações técnicas e quantitativas dos itens a serem adquiridos estão previstas neste Termo de Referência.

Equipe de elaboração e assinatura por SISTEMA DIGITAL FUNDACIONAL do TERMO DE REFERÊNCIA:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento: TERMO DE REFERÊNCIA.

EQUIPE TÉCNICA/ GERENTE DE LABORATÓRIO	ASSINATURA
RAFAEL DOS SANTOS DA SILVA	<i>(assinatura eletrônica via SID)</i>

Local e data: Foz do Iguaçu/PR, data da assinatura eletrônica.

§

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(papel com timbre da empresa)

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DE CONSUMO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.

Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 089/2023

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE _____

CNPJ Nº _____ I.E.: _____

ENDEREÇO: _____

PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2023, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ABAIXO IDENTIFICADO, sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, **DECLARA ter ciência, aderir e concordar, com assinatura neste documento, a todos os termos do Edital e seus anexos,** referentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 089/2023.**

OBRIGATÓRIO A DESCRIÇÃO DO PRODUTO, QUANTIDADE, VALOR PROPOSTO E ASSINATURA

PROPOSTA DE PREÇOS

Lote	Nome do produto/serviço detalhado	Marca	Reg. Anvisa	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

_____ (localidade), _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante legal

Nome do Representante legal:

RG e CPF

ANEXO III
MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇOS nº 0xx/2023

EDITAL DE PREGÃO Nº 089/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1118/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DE CONSUMO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e três, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no prédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, sito à Rua Adoniran Barbosa, n.º 370, Bairro Jardim Central na cidade de Foz do Iguaçu/PR representada pelo Diretor Presidente, André Ricardo Di Buriasco, inscrito no CPF/MF sob o n.º 908.451.379-72, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e da Portaria n.º 003/2023- COC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão ELETRÔNICO n.º 089/2023, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu em....., resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na, n.º....., na cidade de, Estado do, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual sob o n.º....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr., portador do RG n.º e do CPF n.º

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DE CONSUMO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR**, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.
- 1.2. Descrição:

EMPRESA CNPJ: XXXXXXXXXXXXX				
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL DA ATA = ----- (-----).

- 1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência desta Ata de registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da ata de registro de preço.
- 2.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso [III do § 3º](#) do art. [15](#) da Lei nº [8.666](#), de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 3.1. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.
- 3.2. Os produtos serão recebidos conforme a seguir:
- a) provisoriamente: de posse da proposta respectiva, será recebido o produto para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo de 10 (dez) para sua correção.
 - b) definitivamente: após recebimento provisório, será realizada conferência dos produtos e sendo aprovados será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura no documento fiscal, 10 (dez) dias após transcorrido prazo provisório.
- 3.3. Na hipótese do produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o

- fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.
- 3.4. A entrega dos produtos deverá ser efetuada nos endereços constantes nas ordens de compra emitidos pelo HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h30, os quais serão conferidos e, se achados irregulares, devolvidos à empresa, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para substituir o produto rejeitado.
 - 3.5. O recebimento dos produtos será efetuado pelo setor de almoxarifado, que fará a verificação dos volumes entregues e sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a cumprimento de conformidade com a solicitação da entrega dos produtos, e posteriormente serão conferidos pelo Setor solicitante.
 - 3.6. A execução da Ata será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 3.7. A Administração rejeitará o objeto fornecido em desacordo com a Ata (art. 76 da lei Federal nº 8.666/93).
 - 3.8. Entregar os materiais acondicionados em embalagens originais de fábrica, lacradas pelo fabricante, contendo a data e o número de série, o lote de fabricação, o prazo de validade (onde se aplicar), rótulo e outras informações, de acordo com a legislação brasileira pertinente.
 - 3.9. Fornecer todo o material novo, sem uso anterior.
 - 3.10. Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e à qualidade dos materiais a serem fornecidos.
 - 3.11. Garantir a boa qualidade dos materiais fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada para prestação de serviços:

- 4.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- 4.2. Atender todos os pedidos de fornecimento efetuados, durante a vigência contratual.
- 4.3. Comunicar à contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 4.4. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, bem como sobre o produto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante.
- 4.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar à

CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos.

- 4.6. Apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- 4.7. Responsabilizar-se: pelo transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto.
- 4.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções sem ônus para a CONTRATANTE.
- 4.9. Substituir, a suas expensas e sem ônus para Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contado da comunicação escrita das reincidências sucessivas, os materiais fornecidos que porventura apresentarem defeitos, vícios, incorreções em sua forma de apresentação, materiais entregues fora das especificações, que forem considerados impróprios para a utilização ou na ocorrência de defeitos frequentes, não solucionados totalmente e/ou permanecendo o material com sua capacidade reduzida durante o período de garantia.
- 4.10. Fornecer todo o material licitado com as devidas garantias e estado de conservação novo.
- 4.11. Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e à qualidade dos materiais a serem fornecidos.
- 4.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.13. Apresentar os empregados habilitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 4.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU-PR

- 5.1. Receber os serviços/produtos do objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.4. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 5.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;
- 5.6. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 5.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber.
- 5.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:
 - a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
 - b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que

promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

6.2. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser

dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

- c) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, de acordo com a natureza jurídica da contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Lei nº 8.666/90, observando ainda os seguintes procedimentos:

- 7.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura será obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, obtida por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 7.1.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.
- 7.1.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior ao prazo estabelecido no instrumento contratual vigente, contados da data de seu atesto pelo gestor, ou quando da apresentação e/ou quando estabelecido no contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Caberá a CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

- 8.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.
- 8.1.2. Reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.

8.2. O recebimento dos serviços, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, será efetuado pelo (a) colaborador (a) **XXXXXXXXXXXX, do setor de XXXXXXXXXXXX, a fim de verificar a conformidade dele com** as especificações técnicas dispostas no mesmo, junto ao representante da CONTRATADA, assim como solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. É responsabilidade do setor de compras, encaminhar aos fiscais acima citados antes do início dos serviços: **Cópia do empenho e cópia do orçamento fornecido pela**

CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Aplicam-se a esta Ata e aos contratos decorrentes as sanções estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Edital do Pregão ELETRÔNICO nº 089/2023 que a(s) DETENTORA(s) declara(m) conhecer integralmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Foz do Iguaçu, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

13.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico nº 089/2023** e a proposta da CONTRATADA conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.3. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão nº 089/2023**

13.4. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Foz do Iguaçu/PR, 29 de dezembro de 2023.